

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Mar



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2516/2021



ALAGOAS



SINDVIGILANTES/AL COBRA QUE ESCOLAS DE FORMAÇÃO OBEDEÇAM PROTOCOLO DE DISTANCIAMENTO

AS INSTITUIÇÕES TERÃO O PRAZO DE 10 DIAS PARA SE ADEQUAR ÀS NORMAS DE SEGURANÇA

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas encaminhou, nesta sexta-feira (26), um ofício às escolas de formação e reciclagem de vigilantes solicitando que as instituições obedeçam o distanciamento social recomendado pelos órgãos sanitários competentes. A medida busca resguardar a saúde dos alunos, evitando assim o contágio pela Covid-19.

O presidente do Sindicato, José Cícero Ferreira, explica que a decisão foi tomada após denúncias dos alunos sobre a existência de aglomerações em salas de aula e estandes de tiro.

“Solicitamos que as escolas tomem as devidas providências o quanto antes para impedir o contágio da doença entre os alunos e evitar a necessidade de uma fiscalização da Vigilância Sanitária. Para isso, as escolas terão o prazo de 10 dias, a contar do recebimento do ofício, para se adequar ao protocolo de segurança”, afirmou o presidente.

O documento ressalta que as escolas de formação e reciclagem de vigilantes deverão obedecer ao Decreto Estadual nº 71.749, de 20 de outubro de 2020, que dispõe sobre a retomada das atividades de ensino presenciais para adultos, bem como à Portaria da Secretaria de Estado da Educação, que torna público o Protocolo Sanitário para o retorno às aulas presenciais.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

VIGILANTES DA EMPRESA VAP VIGILÂNCIA



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, na pessoa do seu presidente, José Cícero Ferreira, convoca todos os vigilantes da empresa VAP VIGILÂNCIA para se fazerem presentes na Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 03 de Março de 2021 (próxima quarta-feira), às 08 horas, em frente à Maternidade Santa Mônica, com endereço na Avenida Comendador Leão, s/n, Poço – Maceió/AL, onde será discutida a seguinte pauta:

- Atraso no pagamento dos salários (3 meses);
- Atraso no pagamento dos Tiquetes Alimentação (4 meses);
- Fardamentos e Coletes Balísticos vencidos.

AQUELE QUE NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS NÃO É DIGNO DELES!

BAHIA

AGRAVAMENTO DA PANDEMIA: SINDICATO PROPÕE SUSPENSÃO DE AULAS NAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO

O SINDVIGILANTES/BA encaminhou ofício as todas as escolas de formação de Vigilantes na manhã desta segunda-feira (01/03) sugerindo a suspensão de aulas durante esta semana, tendo em vista o agravamento da pandemia do covid-19. Por mais que as escolas adotem protocolos de prevenção contra o vírus, o Sindicato tem visto que tais medidas não são garantias contra a doença e também não podem estar em descompasso com as medidas de lockdown e toque de recolher decretadas pelo governo do estado e prefeituras.

FECHAR DORMITÓRIOS - Na semana passada, antecipando estas preocupações, o Sindicato já tinha pedido às escolas para fechar os

alojamentos ou dormitórios com vistas a reduzir a proximidade de trabalhadores nestes ambientes. Caso as empresas insistissem em trazer trabalhadores do interior para reciclagens, dissemos, que os hospedem em hotéis que cumpram os protocolos indicados pelas autoridades sanitárias.

No mês de janeiro duas escolas foram cobradas para corrigir problemas exatamente nos dormitórios e na alimentação.

Se você for chamado para aulas nesta semana, informe ao Sindicato. Vamos fiscalizar e denunciar.

A vida em primeiro lugar.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

33 vetos presidenciais aguardam votação no Congresso Nacional

Entre os 24 vetos que já trancam a pauta do Congresso está a compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em virtude da covid-19 (VET 36/2020), os trabalhadores VIGILANTES estão incluídos



Jean Paul Prates: Há consenso entre os líderes do Senado de que é necessário marcar uma sessão do Congresso para analisar os vetos
Jefferson Rudy/Agência Senado

O Congresso Nacional deve realizar uma sessão na primeira quinzena de março para analisar vetos do presidente da República a propostas aprovadas pelos parlamentares. Ao todo, são 33 vetos que aguardam votação, com 24 deles trancando a pauta do Congresso. A votação do Orçamento está prevista para 24 de março, mas é possível que seja adotado o mesmo entendimento de 2020: de que a votação de outras proposições na pauta das sessões remotas não fica suspensa pelos vetos pendentes.

De acordo com o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), houve um consenso

na última reunião de líderes no Senado de que é preciso marcar uma sessão do Congresso para votar os vetos, alguns deles de 2019. Ele afirmou que não houve uma definição de que vetos estarão na pauta, mas há uma “intenção firme” de que haja uma sessão para votar os vetos pendentes.

— A pauta é bem numerosa. Nós vamos ter que fazer um esforço muito grande para compor essa pauta. E o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, se comprometeu a imediatamente abrir esse debate com a Câmara para montar a pauta conjuntamente — informou o líder da minoria.

A regra é que os vetos presidenciais com mais de 30 dias de publicação trancam a pauta de votações do Congresso. Em 2020, no entanto, isso não aconteceu. O entendimento foi de que a pauta não seria trancada porque as sessões não eram conjuntas. Nas sessões para votações de vetos, deputados federais e senadores votam simultaneamente. Já no caso das sessões remotas de 2020, as votações foram feitas de forma separada: primeiro na Câmara e depois no Senado.

Entre os 24 vetos que já trancam a pauta do Congresso está a compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em virtude da covid-19 (VET 36/2020), os trabalhadores VIGILANTES estão incluídos.

Fonte: Agência Senado

Governo insiste no trabalho aos domingos, flexibilizar segurança e terceirização

Sem resolver o drama dos desempregados que esperam o auxílio emergencial, Bolsonaro dá prioridade a consulta pública de retirada de direitos trabalhistas. CUT, juízes e fiscais do Trabalho criticam medida

MÁRCIO BARALDI



O Congresso adiou para esta semana a votação de um novo auxílio emergencial para trabalhadores desempregados e informais, que deveria ter ocorrido no último dia 25 de fevereiro. Além de não pressionar pela aprovação da medida, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), investe em ações que visam tirar mais direitos trabalhistas.

Em meio a briga dos senadores de oposição e até da base aliada do governo para impedir que o auxílio só seja aprovado se junto a Casa aprovar o fim da obrigatoriedade de piso mínimo de gastos na saúde e na educação, Bolsonaro e Paulo Guedes, ministro da Economia,

prorrogaram até 6 de março de 2021, o prazo sobre uma consulta pública de “disposições relativas à legislação trabalhista que institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista”.

O nome pomposo esconde a que veio: mais perdas de direitos trabalhistas, indo além dos mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que já foram retirados com a reforma Trabalhista de Michel Temer (MDB-SP), em 2017.

Entre os itens para consulta pública (alguns caíram com a não aprovação da Medida

Provisória nº 905), três deles chamam a atenção por serem extremamente prejudiciais aos trabalhadores: a ampliação do trabalho aos domingos e feriados; a flexibilização de normas de segurança e saúde do trabalho e a que dificulta a ação dos fiscais do trabalho em multar a “empresa mãe” em casos de terceirização.

Sobre o trabalho aos domingos e feriados, o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, afirmou ao jornal O Estado de São Paulo, que o governo apenas está eliminando a “etapa burocrática” da negociação coletiva para permitir a adesão do setor. Ou seja, o governo quer que o trabalhador aceite trabalhar aos domingos e feriados, sem que tenha a proteção do sindicato da categoria. Atualmente o trabalho aos domingos está liberado para algumas categorias. Esses trabalhadores têm direito somente a um descanso aos domingos a cada sete semanas.

Para o secretário de Relações de Trabalho da CUT, Ari Aloraldo do Nascimento, o pano de fundo da consulta pública de regulamentação dessas matérias nada mais é do que tirar os sindicatos das negociações para que os patrões possam “escravizar” os trabalhadores e aprofundar a reforma Trabalhista.

“Eles querem tirar os sindicatos de toda e quaisquer negociações por que nós atrapalhamos os planos do governo e dos empresários. A extinção do Ministério do Trabalho, rebaixado a secretaria, já sinalizava que para este governo não existe trabalhador, existe colaborador”, diz Ari.

Outro ponto polêmico é sobre mudanças nas normas regulamentadoras (NRs). A Consulta Pública tem um trecho em que coloca “o livre exercício da atividade econômica e a busca do pleno emprego” como princípios para a elaboração das normas regulamentadoras relacionadas à saúde e à segurança do trabalhador. Mas, pela legislação, as mudanças

só podem ser feitas a partir de um consenso num conselho tripartite envolvendo representantes dos trabalhadores, empresários e o governo federal.

O desprezo com a saúde e os cuidados para evitar acidentes é motivo de chacota pelo secretário de Trabalho do Ministério da Economia, que na entrevista ao Estadão, disse que “a única maneira de ter risco zero à saúde e à segurança do trabalhador é não ter atividade produtiva nenhuma”.

“O secretário do Trabalho não tem a menor noção do mundo do trabalho. Ele não vê a diferença entre quem trabalha em meio rural, nas minas, na energia, com risco à saúde, com quem trabalha em outra atividade, dentro de um escritório ou em home office. Ele não enxerga que as normas regulamentadoras são diferentes para cada setor”, diz o dirigente cutista.

Temos um presidente que não segue as orientações de cuidados com a Covid, que o mundo inteiro segue, que faz live dizendo que criança não pode usar máscara facial. Ele não vai mesmo se preocupar com a proteção do trabalhador- Ari Aloraldo do Nascimento

Sobre o trecho que não responsabiliza as ‘empresas mães’, que contratam terceirizadas, dizendo que não há vínculo empregatício entre a empresa contratante e o prestador de serviços, salvo em casos de fraude, o secretário de Relações de Trabalho da CUT, lembra o caso emblemático do trabalhador João Alberto Silveira Freitas, assassinado por agentes de segurança terceirizados do supermercado Carrefour, em Porto Alegre (RS), em novembro do ano passado.

“Este é um exemplo de como é muito fácil para uma empresa contratante não ter responsabilidade sobre os atos de outros funcionários, e das diretrizes recomendadas pela direção de uma empresa terceirizada”, diz Ari.

Para ele, a terceirização permite a pejetização do trabalhador, que é o contrato como Pessoa Jurídica (PJ), sem proteção sindical.

Hoje somos todos PJs. PJ não come, não tem jornada definida, não faz greve e é mais fácil de demitir. Sem proteção dos sindicatos estamos nos igualando a trabalhadores análogos à escravidão. Uma hora a população vai cobrar e vai para as ruas, assim como aconteceu no Chile- Ari Aloraldo do Nascimento

Naquele país, a população foi às ruas em protesto contra os baixos valores pagos nas aposentadorias, por estar descontente com o modelo socioeconômico neoliberal, o aumento nas tarifas de transporte público, o aumento do custo de vida, a corrupção e abusos de autoridade, o conluio em medicações e bens de necessidade, o aumento na criminalidade e da desigualdade de renda e alto custo de vida, a mesma situação que o Brasil vem passando.

Juízes, advogados e auditores fiscais do Trabalho criticam Consulta Pública

A Consulta Pública foi criticada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) em nota conjunta assinada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Brasileira dos Advogados (Abrat) e pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait). As entidades veem “inovações e inconstitucionalidades no texto”, já que a minuta de decreto presidencial “apresenta princípios próprios e normas diferentes das previstas na Constituição e nas leis, em violação ao processo legislativo”. Na visão da entidade, o texto promove “alteração da lógica protetiva da legislação trabalhista”.

O Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), que reúne entidades de representação do mundo do trabalho e do campo social, endossou as críticas à Consulta Pública. Para a entidade, sem diálogo com a sociedade, a decisão do governo é um desrespeito à

democracia e a soberania, ou seja, ao Estado Democrático de Direito.

Em nota, o FIDS diz que “sob o falso argumento da desburocratização e da simplificação realizada em âmbito infralegal, preso a uma lógica de rigoroso ajuste fiscal comprovadamente nefasta onde instituída, o decreto revoga decretos precedentes; revisa outros; consolida flexibilizações temporárias editadas para a pandemia; incorpora proposições legislativas rejeitadas pelo Congresso, como, por exemplo, aspectos da Lei da Liberdade Econômica; e suprime direitos, como é o caso, entre outros, do direito ao repouso semanal, conquista dos trabalhadores que, remontando aos tempos de constituição do próprio capitalismo, busca assegurar condições físicas, higiênicas, sanitárias e psíquicas adequadas ao convívio social dos cidadãos e cidadãs”.

Leia aqui a íntegra da nota do FIDS

Para Ari Arolaldo, os apoios dessas entidades são importantes pois alguns segmentos do Judiciário e o próprio Ministério Público do Trabalho (MPT) já perceberam que sem regras trabalhistas não haverá Justiça do Trabalho, e para isso, é preciso conter o autoritarismo do presidente da República.

O governo Bolsonaro não respeita as instituições, o Judiciário, o Parlamento, as organizações de trabalhadores, da sociedade civil. Para ele, não é preciso, nem cultura, nem vacina, por que sua visão de mundo é autoritária. É ele quem define as regras- Ari Aloraldo do Nascimento.

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Trabalhadores dos Correios e Eletrobras pedem votos contra privatização das estatais



Dois em cada três brasileiros (67%) são contrários à venda das estatais, mostrou a última pesquisa DataFolha sobre o tema, em setembro de 2019. Mais recentemente, em janeiro deste ano, outra pesquisa do Instituto Paraná Pesquisa, publicado pelo Poder 360º, especificamente sobre a privatização dos Correios, diz que mais da metade da população brasileira (50,3%) são contra a privatização da companhia.

Ainda assim, Jair Bolsonaro (ex-PSL) apresentou projetos ao Congresso Nacional colocando à venda os Correios e a maior empresa de energia do país, a Eletrobras, num claro desrespeito à opinião pública.

Mas a população ainda tem uma forma de defender as empresas públicas fazendo valer

sua opinião nas consultas públicas abertas pelo Senado e pela Câmara Federal.

A consulta pública sobre os Correios está na Câmara Federal, por ser tratar de Projeto de Lei (PL) nº 591/2021. A votação até as 7h da manhã desta sexta (26) estava em sua grande maioria favorável a manter os Correios como empresa pública.

Apesar de obter a maior parte dos votos, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) lançou em suas redes sociais, uma nota em que pede que a população vote não ao projeto de privatização.

Diz a Fentect: “Precisamos atuar atura em massa esta pesquisa, inclusive opinando o porque é negativo para o povo a venda dos Correios.

Somos quase 100 mil trabalhadores desta empresa, sem contar nossos familiares. Esta na hora de mostrarmos nosso peso e compromisso com nossa empresa à Câmara Federal!

Juntos somos mais fortes e conseguiremos barrar o entreguismo que Bolsonaro e Paulo Guedes querem fazer em nosso país.

Diga não à venda dos Correios. Defender os Correios é defender o Brasil Entre agora e vote, pois não leva mais que dois minutos.

Eletrobras

Por se tratar de Medida Provisória (nº 10.31/2021), o pedido de autorização para privatizar a Eletrobras foi aberto no Senado. A enquete na Casa, até às sete da manhã desta sexta-feira (26), mostrava que os robôs da direita levavam vantagem numérica com apoio maior à venda da companhia de todos os brasileiros – um movimento, obviamente, contrário ao que

diz a enquete sobre os Correios e a pesquisa do DataFolha, que mostrou que a maioria do povo brasileiro é contra a entrega do patrimônio público.

Para reverter esses números e sensibilizar os senadores de que a ideia de privatizar a Eletrobras não é aceita pela maioria da população, uma corrente de solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras tomou conta das redes sociais pedindo o voto contrário à privatização.

O texto que circula nas redes diz: “Senado acaba de colocar no ar a consulta pública sobre a MP 1031 a privatização da Eletrobras. Entrar lá e votar não Consulta Pública sobre a MPV”.

A Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) entraram na campanha pedindo votos contra a privatização da Eletrobras.

Fonte: CUT Brasil

VOTE NÃO
À MP 1031/2021 QUE
PRIVATIZA A ELETROBRAS

ENTRE NO SITE DO SENADO E CLIQUE EM NÃO:
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=146740>

ELETROBRAS PÚBLICA É ENERGIA PARA TODOS!

FNU
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS

CNU
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS

INSS prorroga a interrupção dos bloqueios de pagamentos até maio

Suspensão dos benefícios ocorre por falta de realização da comprovação de vida. Órgão divulgou novo calendário para o processo - Otávio Augusto



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida.

Em portaria publicada nesta segunda-feira (1/3) no Diário Oficial da União (DOU), o presidente do órgão, Leonardo Rolim, divulgou um novo cronograma.

Na prática, o INSS prorrogou por mais duas competências — março e abril de 2021 —, a interrupção da rotina de bloqueio dos créditos, suspensão e cessação dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida aos beneficiários residentes no Brasil ou no exterior.

“A partir da competência maio de 2021, o bloqueio resultante da falta de prova de vida aos beneficiários residentes no Brasil seguirá de forma escalonada”, escreveu Rolim.

A interrupção não prejudica a rotina e as obrigações contratuais estabelecidas entre o instituto e a rede bancária pagadora de benefícios, devendo a comprovação de vida junto aos bancos ser realizada normalmente.

Veja o novo cronograma de prova de vida:

Competência de vencimento da comprovação de vida	Competência da retomada da rotina
mar e abr/2020	maio/2021
mai e jun/2020	junho/2021
jul e ago/2020	julho/2021
set e out/2020	agosto/2021
nov e dez/2020	setembro/2021
jan e fev/2021	outubro/2021
mar e abr/2021	novembro/2021

Reprodução/DOU

Mudanças

Na semana passada, o INSS prorrogou por mais 60 dias a suspensão de prova de vida de beneficiários, que volta a ser obrigatória em maio.

Com a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, a exigência ficou suspensa. Agora, todo o processo será feito por um aplicativo. Antes, o aposentado ou pensionista, por exemplo, tinha que comparecer presencialmente ao banco em que recebe o benefício e apresentar um documento de identificação com foto.

Pelo aplicativo Meu INSS, o beneficiário será avisado da necessidade de fazer a prova de vida e será direcionado ao aplicativo Meu Gov. Br, para a atualização das informações.

O processo usará a biometria facial. O INSS usará a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

FONTE: METROPOLES

Governo estuda retomar MP e garantir suspensão de contratos de trabalho



Medida pode ajudar as empresas a enfrentarem mais uma escalada da covid-19 no País e garantir o emprego dos trabalhadores, mesmo com a suspensão do contrato de trabalho (Crédito: Arquivo/Agência Brasil)

Para amenizar os efeitos da pandemia na economia, o governo federal deve reeditar uma Medida Provisória (MP) para retomar a renovação dos acordos de redução salarial e suspensão dos contratos de trabalho por um prazo mínimo de quatro meses.

A medida é semelhante à MP 936, que garantiu fôlego às empresas no início da pandemia, ainda no ano passado.

Segundo o jornal O Globo, a ideia do governo é liberar para os patrões a negociação com os empregados para a antecipação de férias individuais, coletivas, banco de horas e home office. Esses termos estavam previstos na MP

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

927, editada em março de 2020.

De acordo com fontes ouvidas pelo jornal, a expectativa é que a União entre com contrapartida financeira para complementar a renda dos trabalhadores que tiverem redução de jornada e salários, bem como contratos de trabalho suspensos.

Além disso, se a ideia da MP 936 for retomada, as empresas poderão reduzir os salários em 25%, 50% e 70% por meio de acordos individuais, e, também, a suspensão de contrato de trabalho por até nove meses.

Fonte: Isto É

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF